

A vez do Congresso

RICARDO A. SETTI

A história data do final da campanha pelo primeiro turno da eleição presidencial de 1989, mas ainda é atualíssima. Foi contada



no intervalo de uma reunião do comando da campanha do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, no QG petista na Rua Domingos de Moraes, em São Paulo, pelo deputado, hoje líder do PT na Câmara, ex-guerrilheiro e ex-marxista José Genoíno, reconhecido por aliados e adversários como um dos mais atuantes e trabalhadores da Câmara.

Genoíno, depois de dar expediente em Brasília, voara para São Paulo, onde se incorporou à caravana petista que percorria a periferia da Capital. Depois, permaneceu até tarde da noite envolvido em confabulações políticas. Acordou antes das 4 da madrugada para fazer campanha em portas de fábrica. Foi um fracasso: choveu muito, e poucos macacões acorreram aos alto-falantes do caminhão do PT. Exausto e insone, voltou para casa. No caminho, porém, resolveu comprar pão e leite numa padaria. Pai de vasta prole, saiu da padaria carregando dois grandes pacotes. Um eleitor que passava o reconheceu e, vendo o volume dos pacotes, sapecou a saudação maliciosa:

— Aí, deputado! Vidão, hein?

A impopularidade dos políticos é avassaladora e generalizadora: não poupa ninguém e não distingue quem trabalha de quem só se aproveita do mandato. Da historietta de Genoíno para cá, sabemos que as coisas só pioraram. As pesquisas de opinião são invariáveis em detectar esse perigoso sinal de alerta para a democracia. E, embora tenha havido um aumento da taxa de pudor no Congresso e nos Legislativos estaduais e municipais, a verdade é que ainda um número preocupante de políticos em nada tem contribuído para alterar o quadro pelo Brasil afora.

São aumentos absurdos de salários, contratações sem concurso, beneficiamento de parentes, pouca assiduidade ao trabalho e casos como essa imoral aposentadoria precoce e milionária, cuja abolição definitiva os deputados estaduais paulistas gostosamente acabam de rejeitar para quem dela já desfruta, sob o comando do patético deputado Tonico Ramos.

O Congresso Nacional, porém, tem diante de si, agora, um conjunto de oportunidades de reverter essa situação, que não pode deixar passar em branco.

É, em primeiro lugar, um Congresso renovado em 63% em relação ao anterior. Suas novas Mesas Diretoras estão sob o comando de políticos respeitados e discretos. Nomeou — no caso da Câmara — uma comissão de reforma para tratar de absurdos como o voto de liderança (que

transforma os membros das bancadas partidárias em vacas de presépio de luxo), cujo objetivo principal é estudar formas de melhorar a imagem da instituição. Está instalando um Fórum do Entendimento Nacional, que reunirá líderes de todos os partidos e pretende tentar costurar algum tipo de amplo acordo para tirar o País da crise. Nada mau.

Melhor ainda: quem se dispuser a fazer uma peregrinação pelos principais gabinetes de Brasília sentirá claramente que o Executivo está convencido de que não é possível governar sem entendimento com o Congresso.

O presidente Fernando Collor, por exemplo, diz sem rodeios que seu objetivo político número 1 é um acerto de ponteiros digno com o Congresso. A ministra Zélia Cardoso de Mello, miúda e elegante no imenso gabinete de onde tenta domar o dragão enfurecido e descabeçado da economia, proclama com todas as letras: "Nós erramos ao tentar propor o entendimento nacional entre governo, empresários e trabalhadores deixando o Congresso de lado. Acho que o entendimento deve ser feito no Congresso". De sua mesa de trabalho no Ministério da Justiça — de onde dá costas para o Palácio do Congresso —, por sua vez, o ministro Jarbas Passarinho dirige o polegar para trás e proclama: "É ali que o jogo deve ser decidido".

Além das iniciativas que está tomando, o Congresso terá a partir hoje um excelente material para exercitar a mútua colaboração com o Executivo: o Plano de Reconstrução Nacional que o presidente Collor vai apresentar em rede nacional de rádio e televisão na véspera do primeiro aniversário de seu governo.

Estará ali, para ser discutido pela sociedade, sem imposições ou pacotes, um esboço do projeto de País que o governo quer, e o que considera os obstáculos — inclusive constitucionais — para concretizá-lo. Inclui questões fundamentais como o tratamento do capital estrangeiro, as mudanças de ênfase na educação, dando prioridade ao ensino de primeiro e segundo graus e que poderão redundar no ensino universitário pago, o questionamento da estabilidade do funcionalismo, a forma de encaminhar a reforma agrária, a ampliação da presença da iniciativa privada na prestação de serviços públicos e a reformulação das relações entre capital e trabalho.

A discussão do programa é uma excelente oportunidade para o Legislativo se lançar no centro da formulação de políticas públicas que vão moldar o futuro do País.

□ Ricardo A. Setti é editor-chefe do Estado

